

ILMO (A). SR (A). PREGOEIRO (A), RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019 – SERVIÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23282.504655/2019-57).

RECURSO ADMINISTRATIVO (ART. 4º, INCISO XVIII, DA LEI 10.520/2002, ART. 44, §1º DO DECRETO 10.024/2019 E ITEM 11.3 DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019)¹

I S M GOMES DE MATTOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito privado, Inscrição no CNPJ sob o Nº. 04.228.626/0001-00, devidamente estabelecida na Rua Major Ladislau Lourenco, Nº. 11, bairro Jangurussu, CEP 60.870-760, Fortaleza, Ceará, por intermédio do seu representante legal a Sra. IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS, portadora da Carteira de Identidade Nº 96029049150 SSP/CE e do CPF Nº 311.522.603-91, e-mail ism@ism.ind.br, telefone (85) 3111-0850, ao final assinado vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

o que faz pelas razões fáticas e jurídicas a seguir aduzidas:

¹ ART. 4º, INCISO XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;.

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

11. DOS RECURSOS

[...]

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1. BREVE RELATO DOS FATOS;

01. A Pró-Reitoria de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, por meio de Pregoeiros, designados pela Portaria GR n.º 302, de 15 de julho de 2019 e pela Portaria GR n.º 304, de 18 de julho de 2019, tornou público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019, cujo objeto é ***“O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação sob demanda de serviços de refeições prontas transportadas, para os refeitórios da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus da Liberdade – Redenção/CE, Campus de Auroras – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acarape/CE, com CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”***

02. Assim, após o encerramento da ETAPA DE LANCES, a proposta declarada vencedora foi a da empresa licitante C Q COMERCIO E SERVICOS ALIMENTICIOS E EVENTOS LTDA, seguindo as demais empresas licitantes na ordem de classificação.

03. Ato contínuo, após a aceitabilidade da proposta, passou-se a FASE DE HABILITAÇÃO, de modo que, a ilustríssima comissão de licitação desclassificou/inabilitou a empresa licitante C Q COMERCIO E SERVICOS ALIMENTICIOS E EVENTOS LTDA, seguindo a convocação da 2ª colocada, a empresa J R ALACRINO ROCHA MENEZES, a qual também restou DESCLASSIFICADA/INABILITADA, seguindo a convocação da 3ª colocada, a empresa VELLA MAR EVENTOS LOGISTICOS EIRELI, a qual também restou DESCLASSIFICADA/INABILITADA, convocando, em ato contínuo a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84 então classificada em 4ª colocação.

04. Assim, em interpretação totalmente contrária à Lei 8.666/93 e ao próprio Edital, a ilustríssima comissão de licitação HABILITOU a empresa então arrematante MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, ora Recorrida, dando seguimento ao procedimento licitatório para, ao fim, declarar vencedora a referida empresa.

05. Pelo exposto, demonstrar-se-á que a presente comissão de licitação cometeu um equívoco ao proceder com a habilitação da Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, posto que a mesma descumpriu diversos preceitos legais, editais e, ainda, a jurisprudência dos Tribunais Brasileiros e o entendimento do TCU, conforme fundamentos constantes na presente peça recursal.

06. Dessa forma, a seguir serão apresentadas e discutidas as razões do presente recurso, de modo que se pugna que seja apreciado aprofundadamente e com bastante zelo, sob pena de submeter a presente matéria à apreciação do Poder Judiciário e das autoridades fiscalizadoras (Tribunal de Contas da União, Polícia Judiciária e Ministério Público).

2. DAS RAZÕES DO RECURSO;

2.1. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA RECORRIDA – DO DESCUMPRIMENTO AO ITEM 10.1.1 DO EDITAL.

07. Veja-se que o Edital estabelece nos itens 10.1.1 a obrigatoriedade de o licitante vencedor apresentar **“PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO SEU LANCE FINAL”** observado as exigências editalícias para **a confecção da proposta preços, in verbis:**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

[...]

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

08. Destaca-se que a empresa Recorrida descumpriu com a referidas exigências editalícias, uma vez que sua proposta de preços, deixou de atender as exigências do item 10.1.1 do instrumento convocatório.

09. Verifica-se que a proposta readequada da empresa Recorrida suprimiu a indicação da “Conta Corrente” da empresa Recorrida, sendo impossível obter tal informação com precisão a partir da proposta de preços.

10. Ademais cabe destacar que a indicação de agência e conta corrente são características essenciais para a proposta de preço dos licitantes, esculpida tal exigência do item 10.1.3 do instrumento convocatório **“conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.”** a empresa Recorrida deixou de atender a referida condição, uma vez que houve supressão da informação de modo a impedir sua obtenção a partir da proposta.

11. Ademais ressalta que conforme exigência do 10.1.1 do instrumento convocatório, a proposta de preços deve **“[...] devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal [...]”** a proposta de preços apresentada pela Recorrida, deixou de cumprir com a exigência em epigrafe, uma vez que, deixou de rubricar a primeira folha da proposta, em clara contradição a exigência do item 10.1.1 do instrumento convocatório.

12. Diante do exposto percebe-se que a proposta da empresa Recorrida, esta em flagrante contrariedade as exigências editalícias, uma vez que, deixou de cumprir com a diretrizes dos itens 10.1.1 e 10.1.3 do instrumento convocatório.

13. A falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, **tratando-se de informação faltante**, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. **A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante**, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência

destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

14. Segundo o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

15. E, o artigo 41, *caput*, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

16. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da *vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes*, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de cumprir com os itens 10.1.1 e 10.1.3 do Edital, em razão das omissões e supressões referentes a proposta de preços da empresa Recorrida.

2.2. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DA IRREGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA – DESCUMPRIMENTO AO ITEM 9.8.2 DO EDITAL.

17. Depreende-se do instrumento convocatório, pautado pela exigência prevista na própria Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), a necessidade de que os Licitantes comprovem a sua Habilitação Jurídica, mediante a apresentação de seus documentos constitutivos referente à Pessoa Jurídica, devidamente registrados na Junta Comercial competente, vejamos a exigência constante do item 9.8.2 do instrumento convocatório, *in verbis*.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18. Extraí-se da redação do item 9.8.2 do Edital, a necessidade de que os Licitantes cujo o enquadramento societário seja de “Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI” apresente como documentação capaz de comprovar a sua Habilitação Jurídica, o seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta.

19. Tendo em vista a exigência supra e o enquadramento na empresa Recorrida como EIRELI, anexou em sua documentação de habilitação o contrato social e o 2º aditivo, sendo este último, o documento em vigência, entretanto quando analisada a documentação apresentada, percebe-se que a empresa Recorrida em clara irregularidade suprimiu diversas páginas do seu 2º Aditivo.

20. Analisado o 2º aditivo da empresa Recorrida, verifica-se que o documento tem o total de 15 páginas, entretanto a empresa Recorrida apresentou apenas da página 4 a 10, suprimindo 8 páginas constantes do documento.

21. A documentação referente a "Habilitação Jurídica" tem o objetivo de demonstrar a existência legal da empresa, legitimidade de sua representação e aptidão para assumir obrigações com a Administração, uma vez que, houve supressão de parte da documentação referente ao último aditivo contratual vigente, tais informações e condições não podem ser comprovadas.

22. Conforme o art. 27 e 28 da Lei 8.666/1993 a documentação de habilitação jurídica é essencial para a habilitação dos licitantes em processos licitatórios, vejamos.

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - Habilitação jurídica;

23. Ademais a empresa Recorrida deixou de apresentar a documentação referente a habilitação jurídica, uma vez que a documentação apresentada encontra-se incompleta, houve supressão das informações do 2º Aditivo Contratual, impossibilitando auferir a legalidade e validade do documento, logo deveria ter sido inabilitada por tal prática.

24. Tem-se que falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, tratando-se de documentação suprimida, incompleta, faltante erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

25. Segundo o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

26. E, o artigo 41, *caput*, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

27. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da *vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes*, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de cumprir o item 9.8.2 do Edital, em razão de ter apresentado documentação de Habilitação Jurídica incompleta, suprimindo 8 páginas do seu último aditivo contratual em vigência.

2.3. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DO DESCUMPRIMENTO AO ITEM 9.11.1 DO EDITAL – REGISTRO “CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO” JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO.

28. Conforme se observa no item 9.11.1 do Edital, para fins de habilitação, especialmente para a comprovação da “Qualificação Técnica dos Licitantes” mostra-se obrigatória a apresentação do documento de

“CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO” contendo o nome do responsável técnico pela empresa, *in verbis*:

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutrição - CRN), da unidade federativa da empresa participante, em plena validade;

29. **Veja-se que, a Empresa Recorrida deixou de apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO (CRQ) válida, em total contrariedade ao item 9.11.1 do Edital.**

30. Depreende-se da documentação de Habilitação Jurídica da empresa Recorrida, que houve alteração relativa ao seu objeto social, quando da confecção de seu 2º Aditivo Contratual em vigência, foram adicionadas inúmeras atividades econômicas CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

31. Concatenando tal informação com a nulidade da Certidão de Registro e Quitação apresentada pela empresa Recorrida, destaca-se que na CRQ apresentada não consta a atividade “FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (10.99-6/99)” inserida como um dos objetos sociais da empresa Recorrida, quando do 2º Aditivo Contratual.

32. Destaca-se que a Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CRN, que comprova o registro da empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição da jurisdição competente, tem sua validade condicionada a semelhança dos dados constantes na CRQ com os dados da Pessoa Jurídica, informação expressa na própria CRQ em letras garrafais, a ressalva que **“QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESTA CERTIDÃO, TORNA A MESMA INVÁLIDA”**.

33. **Ademais conforme a redação do art. 10 da Resolução 378/2005 do Conselho Federal de Nutrição (CFN), que trata do processo de registro para pessoas jurídicas, *in verbis*.**

Art. 10. Havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ.

§ 1º Considerar-se-á nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no CRN.

§ 2º Na hipótese do *caput* deste artigo, serão obedecidos os procedimentos seguintes:

a. apresentação de documentos comprobatórios dos dados alterados;

b. devolução da CRQ anterior; c. pagamento da taxa correspondente à nova CRQ.

34. Evidente a ilegalidade que reveste a CRQ apresentada pelo licitante, veja que a resolução editada pelo Conselho Federal de Nutrição deixa claro que será **nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica.**

35. Destaca-se que a CRQ da empresa Recorrida tem divergência de informações quanto ao 2º Aditivo Contratual, logo há divergência entre os dados da Pessoa Jurídica que deveriam constar na Certidão de Registro e Quitação referente ao objeto social da Recorrida, deixando de constar neste documento a atividade “FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS” acrescido ao objeto social conforme 2º Aditivo Contratual, existindo divergência entre os dados empresariais e os dados constantes da própria CRQ, enquadrando-se no caso previsto no Art. 10 da resolução nº 378/2005 do CFN, bem como na própria condição expressa no documento, sendo nulo de pleno direito a CRQ da Recorrida tendo em vista a divergência de informações.

36. **Afim de fortalecer nossas argumentações, trazemos o julgado emitido pelo Pregoeiro Responsável pelo Pregão Eletrônico nº 32/2018 (DF), tratando acerca do mesmo fato, obtido através do link (<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/VisualizarRecursosPregao.asp?prgCod=764546&reSeqSessao=1#>) vejamos:**

Análise do Pregoeiro:

A celebração de contratos na Administração Pública é precedida de certame com regras preestabelecidas as quais vinculam tanto a Administração quanto os participantes, conforme determina o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993.

Para sagrar-se vencedora desse certame, além de ofertar o melhor produto com o menor preço a licitante deverá comprovar possuir as condições mínimas para a execução do contrato, conforme expressa os artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.

De acordo com o inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital, para habilitar-se no certame a licitante deverá comprovante de Registro e Quitação – CRQ junto ao Conselho Regional de Nutricionistas da empresa e de seu responsável técnico, em plena validade, conforme expressa a alínea “a” do item 7.2. do edital (Doc. SEI/GDF nº 32596271).

[...]

Estando a CRQ nula de direito, não serve para comprovar a qualificação da empresa, por este motivo entende-se que a licitante deverá ser inabilitada com fulcro no item 7.12 do edital, porque não cumpriu a exigência constante do o inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital.

[...]

37. Segundo a Resolução nº 378/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas, havendo atualização de dados da Pessoa Jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ, tendo em vista ser nulo de pleno direito a CRQ que ostente contradição de informações.

38. **Salienta-se que a empresa Recorrida deixou de atender as exigências constantes do documento de “Registro e Quitação” do Conselho Regional de Nutricionista, bem como o art. 10 da resolução nº 372/2005 do CFN, quando procedeu com as alterações estatutárias, deixando de requerer junto ao CRN a expedição de uma nova “CRQ” prevendo tais alterações. Sendo nula de pleno direito a CRQ apresentada pela Recorrida, logo incapaz de suprir a exigência do 9.11.1 do instrumento convocatório.**

39. Ressalta-se que a falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, tratando-se de documentação faltante, o presente documento descumpriu com a exigências editalícias, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

40. Segundo o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

41. E, o artigo 41, *caput*, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

42. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da *vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes*, bem

como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que **REQUER** que **seja DECLARADA INABILITADA/DECLASSIFICADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de apresentar o “CRQ” válida, comprovando o registro da Recorrida junto ao CRN, em violação ao item 9.11.1 do Edital e por todas as razões aplicáveis de ofício.**

2.4. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DA INEXEQUIBILIDADE DOS VALORES PREVISTOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

43. Veja-se que o Edital estabelece que a exequibilidade da proposta de preços do Licitante, será auferida com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme redação do item 8.3 do Edital, *in verbis*.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

[...]

44. Imperioso ressaltar que o Ilustre Pregoeiro requereu realização de diligência, requerendo da empresa Recorrida o envio de “Detalhamento” referente ao item “Mão de Obra” da planilha de custos apresentada.

45. Analisando a Planilha de Custos detalhada enviada abordando o item referente a mão de obra, que foi solicitado pelo Pregoeiro, verificou-se que a empresa Recorrida cotou custos referentes a salário para os cargos descritos em flagrante ilegalidade.

46. Destaca-se que a Licitante Recorrida cotou em sua planilha de custos e formação de preços, para diversos cargos que a compõem valor inferior ao

salário mínimo, fato que contraria expressamente a legislação, de acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, *in verbis*.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

47. Depreende-se da redação do art. 7, inciso IV da Constituição que o salário mínimo é considerado como um direito fundamental do trabalhador. Isto é, o empregado não pode receber menos do que um salário mínimo, estando vedado por lei, salvo alguns casos especiais de regime trabalhistas diferenciados que não comportam compatibilidade com o serviço a ser executado referente ao objeto licitado.

48. A fixação legal e reajuste do salário mínimo está prevista na Lei 13.152/2015 que dispõe acerca da sua atualização, estabelecendo que a atualização do salário mínimo se dará através de Decreto, respeitando os índices aplicáveis. Tendo em vista a data de apresentação e o salário vigente a época, destaca-se que o salário de 2019 estipulado pelo Decreto Nº 9.661/2019 foi de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

49. Diante do exposto e analisando a planilha detalhada referente a mão de obra enviada ao Pregoeiro, quando da realização da diligência, verifica-se clara contrariedade ao art. 7, IV da Constituição Federal, bem como ao estabelecido no Decreto nº 9.661/2019 que estabelece o salário mínimo do ano de 2019 em R\$ 998,00. Analisando a referida planilha detalhada referente a “Mão de Obra” tendo por base o quantitativo de funcionários indicados e o salário mensal estipulado para cada cargo, obtemos os seguintes valores mensais de salário para os cargos de 1) Nutricionista – R\$ 833,33; 2) Tec. Nutrição – R\$ 798,08; 3) Cozinheiro – R\$ 723,26;

4) Auxiliar de Cozinha – R\$ 274,17 5) ASG – R\$ 132,00 6) Copeiro – R\$ 117,33; 7) Caixa – R\$ 398,89, tais valores foram obtidos a partir da divisão do valor estimado de salário mensal na planilha pelo quantitativo de cada cargo. Por exemplo, coluna “salário mensal” R\$ 2.500,00. Coluna “Quantidade de Funcionários” 03. Realizando operação matemática de divisão, temos o valor de R\$ 833,33 de salário para cada funcionário.

50. Destaca-se que os valores orçados e detalhados nas planilhas apresentadas pela empresa Recorrida, se mostram em flagrante ilegalidade, uma vez que, estipula salários abaixo do mínimo, contrariando o art. 7, IV da Constituição Federal e um direito fundamental do empregado. Tendo em vista as ilegalidades cometidas pela empresa Recorrida bem como os itens 8.3 e 8.5.4.1.2, *in verbis*.

8.4. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

51. Depreende-se dos referidos itens editalícios que será considerada inexecutável e gerará a inabilitação do Licitante, caso os valores estimados na sua planilha de custos e formação de preços, seja contrária as exigências legais ou orcem valores inferiores àqueles fixados em medidas provisórias. Imperioso ressaltar que a empresa Recorrida contrariou flagrantemente tais disposições editalícias, quando deixou de atender à exigência legal do art. 7, inciso IV da Constituição federal, e ademais orçou valores a título de salário inferior ao mínimo, contrariando o valor fixado na Medida Provisória nº 9.661/2019 que estabelecia o salário mínimo de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) a época de apresentação da proposta da Recorrida.

52. Diante do exposto, fica claro que a proposta de preços e a planilha de custos da empresa Recorrida, em especial referente ao custo relativo a mão de obra, violou disposições legais, bem como, contrariou as disposições dos itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do instrumento convocatório, devendo ser inabilitada a empresa Recorrida frente as inúmeras irregularidades em seus custos, sendo inexecutável sua

proposta, atendendo com a inabilitação da Recorrida as diretrizes dos itens 8.3 e 8.5.4.1.2 do Edital.

53. Diante do exposto, verifica-se que a empresa Recorrida referente aos custos para mão de obra, orçou valores inexecutáveis, sem observar a exigência Constitucional do art. 7, IV, referente ao salário mínimo. Sendo completamente inexecutáveis os custos referentes a mão de obra orçados pela Recorrida, devendo ser desconsiderada sua proposta e inabilitada com fundamento nos itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do Edital.

54. Por fim, tem-se que a falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93.

55. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da *vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia de condições entre os concorrentes*, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA/DECLASSIFICADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter descumprido com os itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do Edital.

3. DOS REQUERIMENTOS

56. Diante de todo o exposto, a Empresa Recorrente **I S M GOMES DE MATTOS EIRELI** pugna:

- i) Que seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, nos exatos termos do §2º do art. 109 da Lei 8.666/1993, sob pena de responsabilização civil, criminal e administrativa;

- ii) Que seja apreciado todos os fatos e fundamentos apresentados no presente recurso, bem como os cognoscíveis de ofício, de modo que seja motivada a decisão, conforme art. 93, inciso IX, da Constituição Federal², enfrentando todos os tópicos apresentados (TÓPICOS 2).
- iii) **PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019 – SERVIÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23282.504655/2019-57) que, em juízo de retratação, reconsidere a decisão recorrida para que seja declarada DESCLASSIFICADA E/OU INABILITADA a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84, pelas razões apresentadas (TÓPICOS 2) ou qualquer outra cognoscível de ofício, de modo que seja dada continuidade ao processamento do presente certame, por todos os fundamentos fático-jurídicos esposados no presente recurso ou qualquer outro aplicável de ofício;**
- iv) **À Autoridade Superior que receba o presente recurso no efeito suspensivo, nos exatos termos do §2º do art. 109 da Lei 8.666/1993, para no mérito PROVER o presente RECURSO ADMINISTRATIVO no sentido que seja declarada DESCLASSIFICADA E/OU INABILITADA a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84, pelas razões apresentadas (TÓPICOS 2) ou qualquer outra cognoscível de ofício, de modo que seja dada continuidade ao processamento do presente certame, por todos os fundamentos fático-jurídicos esposados no presente recurso ou qualquer outro aplicável de ofício;**

² IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

- v) **Caso não sejam acolhidos os pedidos constantes nos itens “iii” e “iv” do presente Recurso Administrativo, com o conseqüente provimento do mesmo, que seja deferida a extração de cópia integral do presente procedimento licitatório com o envio do mesmo ao Tribunal de Contas do Estado para fins de fiscalização, de modo a evitar irregularidades e beneficiamentos, em detrimento do interesse público.**

57. **Desde logo a Empresa Recorrente pugna por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial pela juntada de documentos, oitiva de testemunhas arroladas em momento processual apropriado, solicitação de e perícias em momento processual apropriado e depoimento pessoal dos interessados, desde já requerido.**

Termos em que, pede e espera deferimento,

Fortaleza - CE, 04 de fevereiro de 2020.

**IDALINA SAMPAIO
MUNIZ GOMES
DE MATTOS:
31152260391**

Assinado digitalmente por IDALINA SAMPAIO
MUNIZ GOMES DE MATTOS:31152260391
DNE C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A3, OU=(EM BRANCO), OU=Autenticado por AR
Sescep Ceará, CN=IDALINA SAMPAIO MUNIZ
GOMES DE MATTOS:31152260391
Resolvi: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020-02-04 18:40:43
Foxit Reader Versão: 9.6.0

**I S M GOMES DE MATTOS EIRELI
CNPJ sob o N°. 04.228.626/0001-00
IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS
TITULAR
CPF N°. 311.522.603-91
RG nº 96029049150 SSP/CE**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.228.626/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/01/2001
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ISM GOMES DE MATTOS EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.99-6-99 - Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas 56.20-1-03 - Cantinas - serviços de alimentação privativos 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 84.23-0-00 - Justiça

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári
--

LOGRADOURO R MAJOR LADISLAU LOURENCO	NÚMERO 11	COMPLEMENTO *****
--	---------------------	----------------------

CEP 60.870-760	BAIRRO/DISTRITO JANGURUSSU	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE
--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ISM@ISM.IND.BR	TELEFONE (85) 3111-0850
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/04/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/02/2020 às 10:19:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

23600070475

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



CEN1954568970

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
	051	1		CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	2247	1		ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
	2003	1		ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

FORTALEZA

Local

16 Dezembro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361922 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança MGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/225.642-4	CEN1954568970	12/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
311.522.603-91	IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361922 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
Secretária-Geral

pág. 2/8

**9º ADITIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**

Pelo presente instrumento particular de alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: **IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS**, nacionalidade brasileira, empresária, solteira, data de nascimento 17/05/1963, nº do CPF 311.522.603-91, nº do RG: 96029049150 SSP-CE, residente e domiciliado no Sítio Paraíso, S/n, bairro/distrito Zona Rural, município Crato - Ceará, Cep. 63.138-000, titular da empresa **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, NIRE 23600070475, CNPJ 04.228.626/0001-00, com sede e domicílio na Rua Major Ladislau Lourenço, número 11, bairro Jangurussu, município Fortaleza - Ceará, CEP 60.870-760, resolve alterar seu ato constitutivo mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A titular resolve aumentar o capital social da empresa no valor de R\$ 807.291,92 (oitocentos e sete mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos) em virtude de reservas de incentivos fiscais registradas no patrimônio líquido conforme saldo demonstrado no balanço patrimonial encerrado em 31/12/2018 e registrado na Junta Comercial do Ceará sob o nº 5262156, em 30/04/2019, de acordo com a legislação da Sudene conforme ofício nº 1888/2019 SEI/SUDENE que aprovou o parecer CGFI nº 0178/2019 “redução por reinvestimento”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Conforme alteração prevista na cláusula anterior o capital social que é de 10.000.000,00 (dez milhões de reais) passa neste ato a ser de 10.807.291,92 (dez milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA – A Titular resolve consolidar o seu Ato Constitutivo conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: **IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS**, nacionalidade brasileira, empresária, solteira, data de nascimento 17/05/1963, nº do CPF 311.522.603-91, nº do documento de identidade 96029049150 SSP-CE, residente e domiciliado no Sítio Paraíso, S/n, bairro/distrito Zona Rural, município Crato - Ceará, Cep: 63.138-000, titular da empresa **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, NIRE 23600070475, CNPJ 04.228.626/0001-00, com sede e domicílio na Rua Major Ladislau Lourenço, número 11, bairro Jangurussu, município Fortaleza - Ceará, CEP 60.870-760.

Resolve consolidar seu Ato Constitutivo conforme as seguintes e cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Empresa adota o nome empresarial de **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**.

Parágrafo Único: A empresa tem como nome fantasia **ISM ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS**

CLÁUSULA SEGUNDA – Seu objeto social é:

Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (10.99-6-99); Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas (56.20-1-01); Cantinas-serviços de alimentação privativa (56.20-1-03); Serviços de alimentação para eventos e recepções –



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361922 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

**9º ADITIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**

bufe (56.20-1-02); Seleção e agenciamento de mão de obra (78.10-8-00), Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informática (62.09-1-00), Locação de mão de obra temporária (78.20-5-00); Justiça – especializada em operacionalização de penitenciária ou presídio em regime de co-gestão (84.23-0-00).

CLÁUSULA TERCEIRA – A sede da empresa é na Rua Major Ladislau Lourenço, número 11, bairro Jangurussu, município Fortaleza-Ce, CEP: 60.870-760.

CLÁUSULA QUARTA – A empresa iniciou suas atividades em 02/01/2001 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – O Capital é de 10.807.291,92 (dez milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

CLÁUSULA SEXTA – A Empresa possui Filial (is) nos seguintes endereços:

FILIAL CRATO: Sítio Paraíso, Sn, bairro Zona rural, município Crato-Ce, Cep: 63.138-000, Cnpj: 04.228.626/0006-15 Nire: 2390060743-1.

FILIAL SÃO LUIS: Rua São Raimundo, Nº 04, Quadra 42 Lote 04 A, bairro Jardim Eldorado Turu, município São Luis-Ma, Cep: 65.075-760, Cnpj: 04.228.626/0007-04.

FILIAL GUARAPUAVA: Rua Celmira Garcia Costa, Nº 1804, bairro Batel, município Guarapuava - PR, Cep: 85.015-470, Cnpj: 04.228.626/0009-68.

FILIAL BOA VISTA: Av. Brasil, nº 952, bairro Cinturão Verde, município Boa Vista - RR, Cep: 69.312-450, Cnpj: 04.228.626/0008-87.

FILIAL PACARAIMA: Rua Brasil, nº 412, bairro Vila Velha, município Pacaraima - RR, Cep: 69.345-000, Cnpj: 04.228.626/0011-82.

FILIAL PETROLINA: Av. Senador Darci Ribeiro, Sn, Restaurante Universitário (RU), bairro Centro, município Petrolina - PE, Cep: 56.330-425, Cnpj: 04.228.626/0010-00.

FILIAL SIMPLICIO MENDES: Rua Francisco de Paula Brito, nº 410, bairro Centro, município Simplício Mendes - PI, Cep: 64.700-000, Cnpj: 04.228.626/0013-44.

FILIAL BRASÍLIA: Quadra SCLRN 711, Sn, Bl G Lj 23, bairro Asa Norte, município Brasília - DF, Cep: 70.750-557, Cnpj: 04.228.626/0012-63.

FILIAL JUAZEIRO DA BAHIA: Av. Antonio Carlos Magalhães, nº 510, bairro Country Club, município Juazeiro - BA, Cep: 48.902-300, Cnpj: 04.228.626/0014-25.

CLÁUSULA SÉTIMA – A Administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

CLÁUSULA OITAVA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.



**9º ADITIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**

CLÁUSULA NONA – A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – O titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O titular declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro de FORTALEZA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes desse instrumento.

E, por está assim decidido, assina o presente instrumento.

Fortaleza, 12 de Dezembro de 2019.

Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos
CPF: 311.522.603-91
Titular



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361922 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/225.642-4	CEN1954568970	12/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
311.522.603-91	IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361822 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

pág. 6/8



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará
Junta Comercial do Estado do Ceará

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, de NIRE 2360007047-5 e protocolado sob o número 19/225.642-4 em 12/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5361922, em 16/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Haroldo Fernandes Moreira.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
311.522.603-91	IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
311.522.603-91	IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS

Fortaleza. Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2019



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361922 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
169.915.243-87	HAROLDO FERNANDES MOREIRA
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

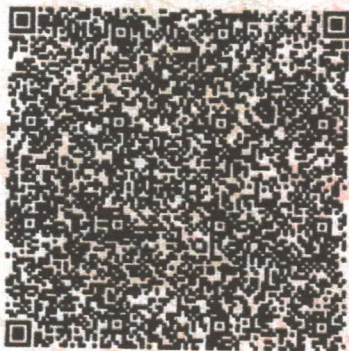
Fortaleza. Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2019



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5361822 em 16/12/2019 da Empresa ISM GOMES DE MATTOS EIRELI, Nire 23600070475 e protocolo 192256424 - 12/12/2019. Autenticação: E398D35D685E5ABDE32047EA17ED7758B8F66C0. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/225.642-4 e o código de segurança mGNf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2019 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
Secretária-Geral



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1642815195

PROIBIDO PLASTIFICAR
1642815195

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		CE	
MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATOS			
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 96029049150 SSP CE			
CPF 311.522.603-91		DATA NASCIMENTO 17/05/1963	
FILIAÇÃO ALDEGUNDES GOMES DE MATOS NEUMA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATOS			
PERMISSÃO		ACC	CAT. HAB.
Nº REGISTRO 02850222435		VALIDADE 26/05/2023	1ª HABILITAÇÃO 26/06/1981
OBSERVAÇÕES A:			
Idalina Sampaio Muniz Gomes de Matos			
ASSINATURA DO PORTADOR		DATA EMISSÃO	
LOCAL FORTALEZA, CE		01/06/2018	
RODR VASCONCELOS PENTE		14144504312 CE165238445	
ASSINATURA DO EMISSOR		CEARÁ	

➤ Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DOS FATOS, DA ANÁLISE DAS RAZÕES E DAS CONTRARRAZÕES

A empresa O UNIVERSITÁRIO Restaurante Indústria Comércio e Agropecuária Ltda. apresentou recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a Recorrida no Grupo 2 do objeto do certame (Doc. SEI/GDF nº 33647835 e 33684871), no qual requer a desclassificação da proposta de preços e a inabilitação da Recorrida que também apresentou suas contrarrazões (Doc. SEI/GDF nº 33876938 e 34062076), baseando-se nos seguintes pontos:

1. INSUFICIÊNCIA E INVALIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (Doc. SEI/GDF nº 33506911) - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DO OBJETO DO CONTRATO (Art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666.93) - DESATENDIMENTO AO ITEM 7.2.1, III DO EDITAL

De acordo com o entendimento da Recorrente, não houve a comprovação técnica suficiente e compatível com o objeto licitado, uma vez que nos contratos apresentados no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Palmas não contém os quantitativos mínimos exigidos.

Questiona também o fato de que o atestado referente ao Contrato nº 61/2014 não estaria acompanhado de controles da comprovação da execução dos trabalhos e não há a indicação do período em foram fornecidas as refeições por isto entende que o documento seria inválido.

A Recorrente aborda ainda o fato de que no Atestado de Capacidade Técnica assinado pela Nutricionista responsável técnica da Recorrida, no dia 12/07/2018, causando-lhe estranheza para a imparcialidade do documento, porque que os dados mencionados nos atestados datam dos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016, fora do período da responsabilidade técnica da Nutricionista, por este motivo não teria validade.

Em suas contestações, a Recorrida destaca que o Atestado de Capacidade Técnica emitido, comprova que possui todos os requisitos necessários, inclusive comprovando a prestação de serviços de 388.800 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentas) refeições, ultrapassando o quantitativo mínimo de 32% das refeições exigidas, que perfaz um montante de 306.931 (trezentas e seis mil novecentas e trinta e uma) refeições. Acrescenta que presta serviços de alimentação de desjejum, de almoço de lanche e de jantar noturno e que a legislação exige que a comprovação seja limitada à comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

A Recorrida foi silente quanto ao questionamento da suposta invalidade do atestado de capacidade técnica em virtude de ter sido assinado fora do prazo da responsabilidade técnica da Nutricionista.

Análise do Pregoeiro:

Ressalta-se que em função de determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal por meio da Decisão nº 3.224/2019 (Doc. SEI/GDF nº 28828881), para deixar claro o edital estabeleceu que a verificação do quantitativo mínimo para comprovação da habilitação técnico-operacional dos licitantes será em relação à quantidade estimada mensal do futuro contrato, desta forma o atestado da Recorrida é compatível e comprovou o fornecimento do quantitativo exigido, no prazo equivalente ao da execução do futuro contrato objeto do certame. Neste ponto, as razões de recursos não merecem acolhimento, porque a Recorrida comprovou sua capacidade técnica exigida no edital, razão pela qual a decisão que a habilitou deverá ser mantida.

Quanto aos fatos alegados a respeito da assinatura da nutricionista fora do prazo de sua responsabilidade técnica, também não merecem acolhimento porque não fere cláusulas do edital, porque a validade do documento é verificada pela assinatura do servidor da Prefeitura Municipal de Palmas - TO.

2. INCONSISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL E NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Doc. SEI/GDF nº 33506911) - NÃO COMPROVAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA E AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA COMPROVADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE TOCANTINS - DESATENDIMENTO AO ITEM 7.2.1, IX, "A" DO EDITAL (Doc. SEI/GDF nº 32596271)

A Recorrente argumenta que, nos termos do item 7.2.2, XI, do edital do Pregão Eletrônico nº 32/2018-SSPDF (Doc. SEI/GDF nº 32596271), as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) dos índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do preço total estimado para o(s) GRUPO(S) mas, para comprovar qualificação econômico-financeira, a Recorrida apresentou balanço patrimonial totalmente inconsistente, cujas informações não correspondem à realidade fática.

Além de questionar a inconsistência das demonstrações contábeis, a Recorrente denuncia suposto descumprimento da Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017 da Receita Federal do Brasil que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) relativas a operações liquidadas em espécie, em função da alteração do capital social mediante integralização moeda corrente do País.

A Recorrente colaciona ainda, as investigações do Ministério Público do Estado do Tocantins nas demonstrações contábeis da Recorrida.

Nas contrarrazões a Recorrida assevera que o balanço patrimonial apresentado está de acordo com a sua realidade e comprova a boa situação financeira da empresa e mostra que tem capacidade para garantir a prestação contínua dos serviços licitados.

Afirma que quanto não deve prosperar a alegação de falta de comprovação de qualificação econômica pelo Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins porque não há qualquer confirmação das imputações. Do mesmo modo quanto à alegação da "Investigação Tio Patinhas", porque não há qualquer investigação em face da empresa pela Receita Federal, ao contrário, todos os documentos exigidos por lei foram fornecidos e a empresa está com cadastro regular, tanto na Receita Federal, quanto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Ressalta que as alegações da Recorrente quanto às denúncias são absurdas estão desacompanhadas de comprovação, demonstrando que o único objetivo da recorrente é protelar o certame público.

Informa em seu documento, para comprovação, segue em anexo o demonstrativo financeiro, no qual comprova a disponibilidade dos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Quanto à Ação Civil Pública autos nº 0015324-03.2019.827.2729, a Recorrida ressalta que o serviço vem sendo prestado com excelência, tendo na própria Ação Civil Pública sido reconhecida a boa prestação de serviços pelos presos das unidades prisionais do Tocantins, bem como pela própria administração pública, além de estendido o contrato.

Análise do Pregoeiro:

O que se busca na análise do recurso administrativo, é o confronto dos motivos trazidos aos autos com as cláusulas editalícias para verificar se as razões são fundadas ou não.

Verifica-se que o preâmbulo do edital atribui as seguintes competências ao Pregoeiro sendo suas competências: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas a este edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

As denúncias de ambas as partes são relevantes e devem ser encaminhadas aos órgãos competentes para investigações no sentido de comprová-las ou não.

Neste momento cabe ao Pregoeiro verificar, quanto a este tópico, se a Recorrida atendeu às exigências de qualificação econômico financeira.

Nos documentos apresentados pela Recorrida não foi localizado demonstrativo de capacidade econômico-financeira com os índices apurados de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, por isto a análise da saúde financeira baseou-se na verificação se a empresa teria capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor do GRUPO 2, levando-se em consideração que a alteração do capital social havia sido integralizada em moeda como narra a 2ª Alteração.

A Segunda Alteração do Contrato Social da Recorrida mostra que houve aumento do Capital Social da empresa para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que estaria integralizada em moeda corrente, mas sem a comprovação dessa integralização do capital é temerário entregar o objeto do certame à empresa que não consegue comprovar de forma adequada de que possui as condições de executar o contrato tão sensível quanto ao deste certame.

Para rebater a alegação da suposta insuficiência de capacidade financeira, a Recorrida afirma em suas contrarrazões que estaria enviando o demonstrativo financeiro no qual comprovaria disponibilidade dos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Referido documento não foi enviado, por este motivo foi realizada diligência (Doc. SEI/GDF nº 34316671) no sentido de se obter a tal comprovação da integralização.

Na resposta (Doc. SEI/GDF nº 34415210) a Recorrida enviou novamente os mesmos documentos que já haviam sido enviados (Doc. SEI/GDF nº 33876938), sem o respectivo comprovante financeiro, e uma carta na qual informa que "deverá ser desconsiderada as contrarrazões apresentadas por meio físico, devendo prevalecer as contrarrazões e documentos probatórios apresentados tempestivamente, pelo meio digital, junto ao Site COMPASNET, observando o link de acesso (...)". Na carta ressalta também que "a empresa apresentou resultado superior a 1 (um), em todos os índices do SICAF, não necessitando realizar as comprovações do item 7.2.1., IX do Edital".

Do resultado da diligência, o que foi possível apurar é que é improcedente a alegação da Recorrida de que apresentou resultado superior 1 (um) em todos os índices do SICAF porque não há qualquer documento com tal comprovação; e que a empresa não comprovou a integralização do capital social, diferente do que afirma seu contrato social. Em resumo, não houve a comprovação da qualificação econômico-financeira.

De acordo com o artigo de Gilberto Di Angelis, publicado no Portal Jusbrasil, ele afirma que na sociedade limitada "a integralização do capital social é obrigação dos sócios. Sua inobservância gera consequências negativas aos mesmos, tornando cada sócio solidariamente responsável pela integralização do capital, podendo, inclusive, ter seu patrimônio pessoal perdido em razão de dívidas da sociedade."

Discorre em seu artigo que:

"A Sociedade Limitada é uma das mais usuais em virtude, como o próprio nome diz, da limitação da responsabilidade dos sócios. Nela verifica-se, como regra, a não responsabilização pessoal dos sócios pelas dívidas da sociedade. Logo, a sociedade empresária é a responsável por suas obrigações, e os sócios, em princípio, têm seu patrimônio pessoal protegido pela limitação da responsabilidade.

O art. 1.052 do Código Civil dispõe que:

Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Assim, observando o disposto na primeira parte do artigo supratranscrito, um sócio que tem quotas equivalentes à 15 mil reais, responderá perante terceiros no limite desse valor. Trata-se de uma segurança conferida aos empreendedores de modo a incentivar sua atividade empresarial.

Ocorre que, por inexperiência ou má-fé, não é raro encontrar empresas em que o capital social subscrito não é integralizado[1]. Ou seja, os sócios adquirem quotas e não fazem o pagamento das mesmas, de modo que o capital social só existe no contrato (de direito), mas não no caixa da empresa (de fato).

Nesses casos, aplica-se a regra definida na segunda parte do art. 1.052 do CC/2002, passando os sócios a responder solidariamente pela integralização do capital, o que significa que seu patrimônio pessoal responderá por dívidas da sociedade. Vale destacar que não basta o sócio pagar sua quota, pois se os demais não o fizerem ele responderá solidariamente pelo valor que falta ser integralizado na sociedade."

Não é demais lembrar que o § 6º do artigo 980-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), determina que "aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas", portanto a integralização do capital social é obrigatória.

Não há margem para erros na execução do contrato de fornecimento de alimentação de presos, não há que se pensar na possibilidade de descontinuidade do fornecimento da comida aos internos. Trata-se de serviço para atender ao bem mais básico do ser humano, que é a vida. A falta da comprovação da integralização do capital social da Recorrida traz insegurança jurídica para a SSP, uma vez que põe em xeque a saúde financeira da futura contratada.

Entende-se que a licitante deva ser inabilitada pelo fato de não ter comprovado a capacidade econômica para suportar a execução do contrato, pela apresentação dos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, bem como pela ausência da comprovação do financeiro em conta bancária da empresa, relativo à integralização do capital mesmo tendo em suas contrarrazões, assumido o compromisso de apresentá-lo, contrariando o item 7.2.1., IX, "a" do edital (Doc. SEI/GDF nº 32596271), pelo motivo da insuficiência do capital social mínimo de R\$ 6.080.169,70 correspondente a 10% do valor de sua proposta de preços de R\$ 60.801.697,00, ante a ausência da comprovação da capacidade financeira e da integralização do capital social.

3. INVALIDADE DO CRQ - CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO (Doc. SEI/GDF nº 33506911) - JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 1ª REGIÃO - DESATENDIMENTO DO ITEM 7.2.1, IV DO EDITAL

A Recorrente questiona a validade da Certidão de Registro e Quitação - CRQ apresentada pela Recorrida, com data de emissão em 07.11.2019, porque no dia 20.11.2019 foi realizada a 2ª Alteração do Ato Constitutivo da empresa, sendo registrada na Jucetins em 25.11.2019, pela qual foi efetivado o aumento do valor do capital social e alteração das atividades da empresa.

Assevera que tal alteração nos atos constitutivos invalidou de pleno direito a própria certidão CRQ, na qual consta, claramente e em letras garrafais, a ressalva que "QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS CADASTRais DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESTA CERTIDÃO, TORNA A MESMA INVÁLIDA".

Nas contrarrazões a Recorrida ela e seu responsável técnico possuem CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO - CRQ devidamente registrados e com total quitação junto ao Conselho Regional de Nutricionistas, estando em total conformidade com o item 7.2.1, IV.

Ressaltamos que a certidão apresentada anteriormente possui validade de 90 (noventa) dias, conforme exposto na própria certidão, corroborando com a certidão atualizada com os mesmos dados anteriores.

Que, segundo seu entendimento, a Administração Pública, sob o manto da discricionariedade, visando ao atendimento de suas necessidades por bens e serviços, em face do regramento constitucional do art. 37/CF, limitará suas exigências, compatibilizando-as com o as normas de segurança, e deverá evitar formalidades excessivas e desnecessárias quanto à qualificação técnica, de maneira que não se restrinja a liberdade de qualquer interessado em participar do certame.

Frisa que o principal intuito da licitação, é garantir uma prestação de serviços de qualidade, pelo menor preço, assim, não deverá prosperar a alegação da recorrente em desmerecer a recorrida com a mera intenção de benefício próprio.

Análise do Pregoeiro:

A celebração de contratos na Administração Pública é precedida de certame com regras preestabelecidas as quais vinculam tanto a Administração quanto os participantes, conforme determina o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993.

Para sagrar-se vencedora desse certame, além de ofertar o melhor produto com o menor preço a licitante deverá comprovar possuir as condições mínimas para a execução do contrato, conforme expressa os artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.

De acordo com o inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital, para habilitar-se no certame a licitante deverá comprovar de Registro e Quitação – CRQ junto ao Conselho Regional de Nutricionistas da empresa e de seu responsável técnico, em plena validade, conforme expressa a alínea "a" do item 7.2. do edital (Doc. SEI/GDF nº 32596271).

Segundo a Resolução 378/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas, que havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ.

Ora, a legislação exige que conste a informação do Capital Social da matriz da empresa na Certidão de Registro e Quitação e essa informação deve estar atualizada, mas consta o capital social de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Neste ponto, a Recorrente tem razão porque a Recorrida, deveria ter promovido junto ao Conselho Regional de Nutricionista, o aumento de seu capital social e emitir outra certidão, uma vez que a certidão apresentada é nula de pleno direito, conforme determina o artigo 10, in verbis, da citada resolução:

"Art. 10. Havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ.

§ 1º Considerar-se-á nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no CRN.

§ 2º Na hipótese do caput deste artigo, serão obedecidos os procedimentos seguintes:

- a. apresentação de documentos comprobatórios dos dados alterados;
- b. devolução da CRQ anterior;
- c. pagamento da taxa correspondente à nova CRQ." (g.n.)

Estando a CRQ nula de direito, não serve para comprovar a qualificação da empresa, por este motivo entende-se que a licitante deverá ser inabilitada com fulcro no item 7.12 do edital, porque não cumpriu a exigência constante do inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital.

Verifica-se num dos anexos das contrarrazões, a Recorrida já providenciou a alteração do seu cadastro do CRN e apresentou outra CRQ emitida no dia 07/01/2020 mas, por tratar-se de documento que deveria ter sido enviado no momento da solicitação do Pregoeiro, portanto esta certidão não será admitida em substituição àquela primeira certidão.

4. DESLISURA DA DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Doc. SEI/GDF nº 33506911) - INDÍCIOS DE DECLARAÇÃO FALSA - DESATENDIMENTO AO ITEM 7.3,1 e ITEM 7.9.

A Recorrente afirma que no dia 27.12.2019, a Recorrida emitiu declaração que é empresa de pequeno porte, todavia, a referida declaração não é verdadeira, uma vez que a referida empresa não é enquadrada como "Empresa de Pequeno Porte", conforme se infere do cadastro junto à Receita Federal.

Acrescenta que, conforme nota-se de declaração preenchida pela própria empresa no dia 30/11/2019, no cadastro prévio realizado no site "ComprasNet", a Recorrida declara-se "Não" EPP, o que está em total acordo com os parâmetros e realidade fática, entretanto, a referida empresa apresenta, em sua documentação, "Declaração de Enquadramento de EPP", datada de 13/05/2013, sem data de validade. Para se demonstrar a inveracidade da referida declaração deve se considerar o determinado pela Receita Federal no que tange ao enquadramento dos portes das empresas, disponível em consulta ao seu próprio sítio eletrônico.

Entende que deve ser desconsiderada a validade do referido documento pela aplicação do disposto no item 7.9 do edital, que prevê que "quando o documento e/ou certidões apresentados não informar a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias".

Afirma também que as recentes modificações legislativas deixaram de prever a utilização das partículas EPP ou ME, mas manteve a obrigatoriedade de arquivamento do ato nas Juntas Comerciais, sendo que atualmente a comprovação é realizada pela apresentação de registro de enquadramento atualizado ou pela emissão de certidão simplificada. Que analisando nitidamente as informações tanto do Cartão CNPJ quanto da Certidão Simplificada apresentados pela empresa E.M. de Oliveira Batista Restaurante EIRELI, consta como porte da empresa "Demais", ou seja, não estando atualmente enquadrada como EPP e levando à conclusão de que Declaração emitida é falsa.

Assevera também que a emissão declaração falsa, representa atentado aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, enseja a inabilitação da concorrente e configura crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/93,

independente de eventual benefício da atestante.

Manifesta que em relação à declaração falsa o Eg. Tribunal de Contas da União possui entendimento no sentido de que não é necessária a obtenção de vantagem para a configuração do ilícito, mas que "a simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração-com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada." (Acórdão 1797/2014-Plenário - Data da sessão 09/07/2014 - Rei. Min. Aroldo Cedraz).

A Recorrida combate esses argumentos destacando não obteve nenhuma vantagem como EPP/ME, que viesse a interferir no resultado do certame público, assim, não há qualquer prejuízo para eventual desenquadramento como EPP. Que a Recorrente efetua imputação baseando suas manifestações em meras suposições, sem proceder com qualquer comprovação do alegado, ademais, no próprio recurso manifesta como "INDÍCIOS", ou seja, não há qualquer comprovação do alegado. Que apresentou todas as declarações necessárias, inclusive a declaração de imposto de renda, não havendo que se falar em declaração falsa, vez que o documento foi emitido anteriormente ao desenquadramento da empresa requerida como EPP. Pede que seja rejeitado o requerimento da Recorrente, mantendo incólume a decisão que habilitou a Recorrida a participar do certame público, vez que foram cumpridas todas as exigências do edital.

Análise do Pregoeiro:

Trata-se de grave denúncia de indícios da emissão de documento emitido sem o devido lastro, por tal motivo a Recorrida teria, supostamente, cometido crime ao se declarar enquadrada como ME/EPP.

Neste ponto a Recorrente tem razão porque no momento em que cadastrou sua proposta de preços a Recorrida não se declarou ME/EPP, vindo a fazê-lo posteriormente, gerando no mínimo dúvida sobre se é ou não enquadrada e, se a declaração é verdadeira ou não.

Deduzindo-se que a empresa é de pequeno porte, ao omitir tal informação quando do cadastro de sua proposta de preços no COMPRASNET, contrariou o item 3.1 do edital no qual estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte. A utilização dos benefícios do estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte é uma possibilidade, não uma obrigatoriedade.

Não merece prosperar os argumentos da Recorrida de que não obteve nenhuma vantagem como ME/EPP, a uma porque não tendo se declarado como tal no COMPRASNET, não haveria a possibilidade de utilização de qualquer benefício; a segunda porque não se questiona o fato de ter, ou não, obtido vantagem na licitação, questiona sim a possibilidade da falsidade da declaração de enquadramento como ME/EPP que foi enviada junto com os documentos de habilitação.

Os argumentos da Recorrente, quanto a este ponto, são suficientes para a inabilitação da Recorrida.

O questionamento da validade da Declaração de Enquadramento de EPP emitida no dia 13/05/2013, não prospera porque o item 7.9 do edital refere-se à validade dos documentos de habilitação.

Isto posto, com esteio no princípio da autotutela consagrada na Súmula 473, na qual estabelece que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, tendo em vista a constatação de que a Recorrida não cumpriu os requisitos de habilitação conforme pode-se verificar nas linhas acima, o Pregoeiro resolve, com fulcro no item 7.12 do edital, rever sua decisão para INABILITAR a E.M. de Oliveira Batista Restaurante EIRELI uma vez que não comprovou sua regularidade junto ao Conselho Regional de Nutricionistas; não comprovou a qualificação econômico-financeira; e, apresentou declaração falsa de enquadramento de ME/EPP, caracterizando fraude à licitação.

Fechar



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS
CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 6ª REGIÃO
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO

VÁLIDA ATÉ: 15 / 07 / 2020

REGISTRADA EM: 16 / 12 / 2008

SOB O Nº PJ/1871

DADOS DA PESSOA JURÍDICA

Razão Social:

MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI

Nome Fantasia:

MEIODIA REFEICOES

Endereço da Matriz:

AV. RIO PITIMBU - 256, EMAUS, PARNAMIRIM-RN

CNPJ Matriz:

10.328.834/0001-84

Endereço da Filial:

XX

CNPJ Filial:

XXXXXXXXXXXXXX

Capital social da Matriz:

R\$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES REAIS)

Capital Social da Filial:

XX

Objeto Social:

COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS (REFEICOES SERVIDAS EM QUENTINHAS E/OU EM REFEITORIO); COMERCIO ATACADISTA DE LATICINIOS E LEITE; COMERCIO ATACADISTA DE CEREALIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS; COMERCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAIZES, TUBERCULOS, HORTALICAS, LEGUMES; COMERCIO VAREJISTA DE CARNES; COMERCIO VAREJISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR; COMERCIO ATACADISTA DE PAES, BOLOS, BISCOITOS; COMERCIO ATACADISTA DE POLPA DE FRUTAS, MASSAS ALIMENTICIAS, SECOS E ENLATADOS; COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS; COMERCIO VAREJISTA DE PAES, BOLOS, TORTAS; COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS; COMERCIO ATACADISTA DE CARNES; COMERCIO ATACADISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR; COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS E GENEROS ALIMENTICIOS; COMERCIO VAREJISTA DE POLPA DE FRUTAS, MASSAS ALIMENTICIAS, SECOS E ENLATADOS; SERVICOS DE ALIMENTACOES PARA EVENTOS E RECEPCOES-BUFFET; RESTAURANTE.

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:

TATIANA REGE DA SILVA VICTOR

Inscrito em: 06 de novembro de 2002 Sob o nº 3902 neste CRN.

RESPONSÁVEL TÉCNICO DESDE: 16/12/2008

CERTIFICO que, a Pessoa Jurídica e o(a) Nutricionista acima citados, se encontram registrada e inscrito(a), respectivamente, e em situação técnica e financeira regular neste Conselho, nos termos da Lei nº 6.583/1978, do Decreto nº 84.444/1980 e da Lei Federal nº 6.839/1980.

Esta Certidão não concede à Pessoa Jurídica direito de executar quaisquer serviços relacionados com seu registro neste órgão, sem a participação efetiva de seu Nutricionista Responsável Técnico.

QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESTA CERTIDÃO, TORNA O DOCUMENTO INVÁLIDO.

CARIMBO DO CRN



Recife/PE, 12 de agosto de 2019.

JOSE HILLARIO DE SOUZA DAMAZIO
Presidente CRN-6 nº 7714

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI
CNPJ: 10.328.834/0001-84

ALTERAÇÃO N.º 02, COM CONSOLIDAÇÃO.

- **LUIZ ALBERTO BARBALHO GALVÃO**, brasileiro, natural de Natal/RN, nascido aos 13.05.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob n.º 671.710.444-91, Registro de Identidade n.º 1.131.275 - SSP/RN e Carteira Nacional de Habilitação n.º 02923834346 - DETRAN/RN, residente e domiciliado na Rua Desembargador Túlio Bezerra de Melo, 3700 - Apto. 902 - Candelária - Natal/RN - CEP: 59.064-585.

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, denominada **MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI**, com sede na Avenida Rio Pitimbú, 256 - Emaús - Pamamirim/RN - CEP: 59.149-120, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0001-84, e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN) sob NIRE n.º 24.6.0010955-1, aos 30.05.2019, por meio desta alteração n.º 02 (dois) resolve ALTERAR e CONSOLIDAR o Ato Constitutivo e alteração n.º 01, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A partir deste ato o objeto social passa a conter as seguintes atividades:

- Comércio varejista e serviços de alimentos preparados preponderantemente para empresas (refeições servidas em quentinhas e/ou em refeitório) (56.20-1/01);
- Comércio atacadista de laticínios e leite (46.31-1/00);
- Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas beneficiados (46.32-0/01);
- Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças, legumes (46.33-8/01);
- Comércio atacadista de carnes (46.34-6/01);
- Comércio atacadista de pescados e frutos do mar (46.34-6/03);
- Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos (46.37-1/04);
- Comércio atacadista de polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (46.37-1/99);
- Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios (46.39-7/01);
- Comércio varejista de pães, bolos, tortas (47.21-1/02);
- Comércio varejista de laticínios e frios (47.21-1/03);
- Comércio varejista de carnes (47.22-9/01);
- Comércio varejista de pescados e frutos do mar (47.22-9/02);
- Comércio varejista de hortifrutigranjeiros (47.24-5/00);
- Comércio varejista de produtos e gêneros alimentícios (47.29-6/99);
- Comércio varejista de Polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (47.29-6/99);
- Serviços de alojamentos (55.90-6/99);
- Restaurante (56.11-2/01);

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



JUCERN

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redasim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte

Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rn.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCOS DE MEIRA LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/15

- Serviços de alimentações para eventos e recepções - Buffet (56.20-1/02);
- Locação de automóveis com e sem motorista (77.11-0/00);
- Locação de Maquinas e equipamentos comerciais e industriais (77.39-0/99);
- Locação e administração de mão-de-obra (78.20-5/00); e,
- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6/04).

CLÁUSULA SEGUNDA: A partir do registro deste ato, esta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada constitui uma (01) filial no endereço indicado abaixo:

- Rua Sergipe, 395 - Estados - Boa Vista/RR - CEP: 69.305-610 e exercerá as seguintes atividades:
- Comércio varejista e serviços de alimentos preparados preponderantemente para empresas (refeições servidas em quentinhas e/ou em refeitório) (56.20-1/01);
- Fabricação de produtos alimentícios (10.99-6/99);
- Comércio atacadista de laticínios e leite (46.31-1/00);
- Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas beneficiados (46.32-0/01);
- Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças, legumes (46.33-8/01);
- Comércio atacadista de carnes (46.34-6/01);
- Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos (46.37-1/04);
- Comércio atacadista de polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (46.37-1/99);
- Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios (46.39-7/01);
- Comércio varejista de pães, bolos, tortas (47.21-1/02);
- Comércio varejista de laticínios e frios (47.21-1/03);
- Comércio varejista de carnes (47.22-9/01);
- Comércio varejista de hortifrutigranjeiros (47.24-5/00);
- Comércio varejista de produtos e gêneros alimentícios (47.29-6/99);
- Comércio varejista de Polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (47.29-6/99);
- Serviços de alojamentos (55.90-6/99);
- Restaurante (56.11-2/01);
- Serviços de alimentações para eventos e recepções - Buffet (56.20-1/02);
- Locação de automóveis com e sem motorista (77.11-0/00);
- Locação de Maquinas e equipamentos comerciais e industriais (77.39-0/99);
- Locação e administração de mão-de-obra (78.20-5/00); e,
- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6/04).

CLÁUSULA TERCEIRA: Ratificam-se as demais cláusulas, artigos, parágrafos e condições gerais do Ato Constitutivo e alteração, não alterados pelo presente instrumento, que continuam em vigor.

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação da sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte

Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rr.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCO LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/15

À VISTA DA MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA, CONSOLIDA-SE O ATO CONSTITUTIVO E ALTERAÇÕES DESTA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL (LEI N.º 10.406/2002), COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI
CNPJ: 10.328.834/0001-84

CONSOLIDAÇÃO

- **LUIZ ALBERTO BARBALHO GALVÃO**, brasileiro, natural de Natal/RN, nascido aos 13.05.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob n.º 671.710.444-91, Registro de Identidade n.º 1.131.275 - SSP/RN e Carteira Nacional de Habilitação n.º 02923834346 - DETRAN/RN, residente e domiciliado na Rua Desembargador Túlio Bezerra de Melo, 3700 - Apto. 902 - Candelária - Natal/RN - CEP: 59.064-585.

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, denominada **MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI**, com sede na Avenida Rio Pitimbú, 256 - Emaús - Parnamirim/RN - CEP: 59.149-120, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0001-84, e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN) sob NIRE n.º 24.6.0010955-1, aos 30.05.2019, por meio deste instrumento resolve CONSOLIDAR o Ato Constitutivo e as Alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Empresa gira sob o nome empresarial "**MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI**".

CLÁUSULA SEGUNDA: A Empresa terá sua sede na Avenida Rio Pitimbú, 256 - Emaús - Parnamirim/RN - CEP: 59.149-120, e foro na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA TERCEIRA: Esta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI iniciou suas atividades aos 25.08.2008, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo por isso mesmo, ser dissolvida a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUARTA: A Empresa possui, atualmente sete (07) filiais, assim descritas:

- 1- Situada na Rua José Baliza de Souza, 23 - Quadra 63 - Centro - Serra do Mel/RN - CEP: 59.663-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0002-65, bem como registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN) sob NIRE: 24.9.0020298-0 aos 24.03.2009;
- 2- Situada na Rua Arlindo Vieira de Almeida, 940, Junco, Sobral/CE, CEP: 62030-490, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0009-31, bem como registrada

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rn.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCOS DE MEIRA LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 6/15

na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) sob NIRE: 23.9.0043988-1, aos 30.07.2010;

- 3- Situada na Avenida Otavio Acioli Sobral, 36 - Casa H / Transversal da Avenida - Centro - Carmópolis/SE - CEP: 49.740-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0012-37, bem como registrada na Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE) sob NIRE: 28.9.0014256-5 aos 10.06.2013;
- 4- Situada na Rua Sete de Setembro, SN, Centro, Ourolândia/BA, CEP: 44.718-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0015-80, bem como registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob NIRE: 29.9.0122708-5, aos 29.03.2017;
- 5- Situada na Avenida Joaquim Crisostomo, 2008, Centro - Fortim/CE - CEP: 62.815-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0016-60, bem como registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) sob NIRE: 23.9.0065508-8 aos 22.02.2019;
- 6- Situada na Avenida Carneiro da Cunha, 508 - Torre - João Pessoa/PB - CEP: 58.040-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n.º 10.328.834/0017-41, bem como registrada na Junta Comercial do Estado da Paraíba (JUCEP) sob NIRE: 25.9.0026840-0 aos 27/06/2019; e,
- 7- Situada na Rua Sergipe, 395 - Estados - Boa Vista/RR - CEP: 69.305-610.

CLÁUSULA QUINTA: A Empresa destina-se às atividades de:

- Comércio varejista e serviços de alimentos preparados preponderantemente para empresas (refeições servidas em quentinhas e/ou em refeitório) (56.20-1/01);
- Fabricação de produtos alimentícios (10.99-6/99);
- Comércio atacadista de laticínios e leite (46.31-1/00);
- Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas beneficiados (46.32-0/01);
- Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças, legumes (46.33-8/01);
- Comércio atacadista de carnes (46.34-6/01);
- Comércio atacadista de pescados e frutos do mar (46.34-6/03);
- Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos (46.37-1/04);
- Comércio atacadista de polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (46.37-1/99);
- Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios (46.39-7/01);
- Comércio varejista de pães, bolos, tortas (47.21-1/02);
- Comércio varejista de laticínios e frios (47.21-1/03);
- Comércio varejista de carnes (47.22-9/01);
- Comércio varejista de pescados e frutos do mar (47.22-9/02);
- Comércio varejista de hortifrutigranjeiros (47.24-5/00);
- Comércio varejista de produtos e gêneros alimentícios (47.29-6/99);

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação da sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado de Roraima

Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rn.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MAUCOS DE MEIRA LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 7/15

- Comércio varejista de Polpa de frutas, massas alimentícias, secos e enlatados (47.29-6/99);
- Serviços de alojamentos (55.90-6/99);
- Restaurante (56.11-2/01);
- Serviços de alimentação para eventos e recepções - Buffet (56.20-1/02);
- Locação de automóveis com e sem motorista (77.11-0/00);
- Locação de Maquinas e equipamentos comerciais e industriais (77.39-0/99);
- Locação e administração de mão-de-obra (78.20-5/00); e,
- Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (85.99-6/04).

CLÁUSULA SEXTA: O capital é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo Regime Jurídico da Empresa Limitada e supletivamente pela Lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA OITAVA: A Empresa é administrada pelo não titular, o Sr. ALBERTO SOBRAL DA SILVA, brasileiro, natural de Paulo Afonso/BA, nascido aos 19.05.1967, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob n.º 549.530.065-34, Registro de Identidade n.º 3.655.365 - SSP/RN, Carteira Nacional de Habilitação - Registro n.º 00153294072 - DETRAN/RN e Identidade Profissional n.º IS-00158-ADM - CRA/RN, residente e domiciliado na Avenida Governador Tarcísio de Vasconcelos Maia, 2.163 - Bloco A - Apto. 301 - Candelária - Natal/RN - CEP: 59.065-780, com os poderes e atribuições de resolver todos os atos, administrativos, patrimoniais e comerciais desta EIRELI, autorizando, o uso do nome empresarial, proibido, no entanto, em atividades estranhas ao interesse da empresa, ou assumir obrigações seja em favor dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis desta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada sem autorização expressa dos sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Faculta-se ao administrador não titular, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandado judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser designados administradores não titulares, na forma prevista no artigo 1.061, do Código Civil.

CLÁUSULA NONA: O Administrador Não Titular declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da Empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.
MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte
Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rn.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral.

MAUCOS LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA: É expressamente proibido ao Administrador Não Titular, adquirir, alienar e onerar bens, imóveis, móveis ou semoventes; assinar contratos de financiamentos e de operações de crédito, bem como emitir cheques, notas promissórias, debêntures, e quaisquer outros títulos de crédito, junto a entidades financeiras públicas, privadas, oficiais ou extraoficiais; conceder fianças e avais em negócios que não sejam de interesse da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sendo estes atos praticados, única e exclusivamente com a autorização expressa dos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: É expressamente proibido ao Administrador Não Titular o uso do nome da EIRELI em negócios, títulos ou contratos que não sejam considerados do exclusivo interesse da MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, sob pena de responsabilidade perante terceiros e perante a referida Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, ou pelo término do prazo, se fixado no contrato ou em ato separado, se não houver recondução.

I - Tratando-se de não titular nomeado administrador no contrato, sua destituição se opera pela aprovação expressa do titular, desde o momento em que o não titular nomeado administrador tomar conhecimento da decisão, a qual deverá ser realizada por escrito pelo titular.

II - A cessação do exercício do cargo de administrador deve ser averbada no registro competente, qual seja, no Órgão de Registro de Atos do Comércio (JUCERN), nos dez (10) dias seguintes à destituição, não podendo o administrador destituído negar-se a assinar a documentação necessária para tal ato.

III - A renúncia do exercício do cargo de administrador torna-se eficaz em relação à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, desde o momento em que esta tomar conhecimento da comunicação, a qual deverá ser realizada por escrito pelo renunciante e, em relação a terceiros, após a averbação no Órgão de Registro de Atos do Comércio (JUCERN).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore" para o administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Ao término de cada exercício será encerrado em 31 de dezembro do Ano Civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O titular poderá optar pela distribuição de lucros intermediários (mensal) no decorrer do exercício, baseado em balancete de verificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica, dessa modalidade.

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte

Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucern.rn.gov.br> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral.


MARCO DE MEIRA LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/15

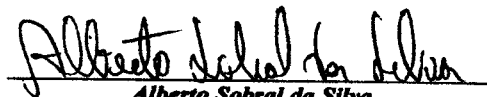
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Este instrumento é redigido e assinado em única via e na melhor forma de direito.

Natal, 31 de julho de 2019.



Luiz Alberto Barbalho Galvão
CPF: 671.710.444-91
Titular



Alberto Sobral da Silva
CPF: 549.530.065-34
Administrador Não Titular

O ESPAÇO ABAIXO É RESERVADO PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2019 10:48 SOB Nº 20190399309.
PROTOCOLO: 190399309 DE 02/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903521826. NIRE: 24600109551.

MEIODIA REFEIÇÕES INDUSTRIAIS EIRELI

DENYS DE MIRANDA BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL
NATAL, 02/08/2019
www.redesim.rn.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 506835 em 09/08/2019 da Empresa MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, Nire 24600109551 e protocolo 190078880 - 09/08/2019. Autenticação: 37CD189F7DED32F3ACDD46AB7FD37A3351CD7ED. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucerr.ror.gov.br/> e informe nº do protocolo 19/007.888-0 e o código de segurança EGDA Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2019 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

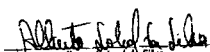


MARCOS DE MEIRA LINS FILHO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 10/15

Nº PROCESSO	23282.504655/2019-57
Nº LICITAÇÃO	PREGAO 29/2019

Custos com serviços								
Item	Detalhamento	Quantidade Funcionários	Salário Mensal	Encargos Sociais	Valor estimado mensal R\$	Valor estimado mensal percentual (%)	Valor estimado anual (R\$)	Valor estimado anual percentual (%)
Mão de obra	NUTRICIONISTA ADM	3	R\$ 2.508,00	R\$ 5.625,00	R\$ 8.125,00	16,9%	R\$ 97.500,00	16,88%
	TEC NUTRIÇÃO	2	R\$ 1.986,18	R\$ 2.394,24	R\$ 3.990,40	8,3%	R\$ 47.884,80	8,29%
	ESTOQUISTA ADM	1	R\$ 1.287,77	R\$ 973,33	R\$ 2.271,10	4,7%	R\$ 27.253,20	4,72%
	ASIST. ADMINISTRATIVO	1	R\$ 1.197,94	R\$ 898,46	R\$ 2.096,40	4,4%	R\$ 25.156,80	4,35%
	COZINHEIRO	2	R\$ 1.448,92	R\$ 2.189,78	R\$ 3.616,30	7,5%	R\$ 43.395,60	7,51%
	AUXILIAR COZINHA	4	R\$ 1.088,70	R\$ 3.290,10	R\$ 4.386,80	9,1%	R\$ 52.641,60	9,11%
	MOTORISTA	1	R\$ 1.197,94	R\$ 898,46	R\$ 2.096,40	4,4%	R\$ 25.156,80	4,35%
	ASG (02 bas + 05 campus)	8	R\$ 1.058,88	R\$ 8.338,00	R\$ 7.392,00	15,4%	R\$ 88.704,00	15,35%
	AÇOUGUEIRO	1	R\$ 1.197,94	R\$ 898,46	R\$ 2.096,40	4,4%	R\$ 25.156,80	4,35%
	COPEIRO (03 cada campus)	8	R\$ 1.058,88	R\$ 7.128,00	R\$ 8.184,00	17,0%	R\$ 98.208,00	17,00%
	CAIXA	3	R\$ 1.186,88	R\$ 2.682,52	R\$ 3.889,20	8,1%	R\$ 46.670,40	8,08%
	TOTAL	35			R\$ 48.144,00	100,0%	R\$ 577.728,00	100,0%


Alberto Sobral de Silva
CPF: 549.510.065-34
Administrador não sócio

Pamamirim (RN), 19 de dezembro de 2019.